

Resenha

KÜSTER, Bernardo. Prefácio. In: CHESTERTON, Gilbert. **Eugenia e outras desgraças**. Rio de Janeiro: Sociedade Chesterton Brasil; Porto Alegre: Edições Hugo de São Vitor, 2019.

Alyson Bruno Ferreira da Silva¹

A presente resenha se debruça sobre o prefácio escrito por Bernardo Küster para a versão brasileira do livro “Eugenia e outras desgraças”, que reúne ideias de Gilbert Chesterton acerca das políticas eugênicas em curso no Reino Unido e na Europa continental já há cem anos. No prefácio, Küster traça questionamentos importantes no que diz respeito ao aborto eugênico, evidenciando o quanto à temática ainda é debatida superficialmente. Küster traz em poucas páginas um panorama acerca do desenvolvimento das ideias de eugenia deste lado do Atlântico, em especial nos Estados Unidos, e como o tema pode estar relacionado à liberalização de políticas de aborto na contemporaneidade.

Inicialmente, Küster trata do sentido do progressismo. Desde as civilizações mais antigas se observa a necessidade pelo aperfeiçoamento de tudo aquilo que era produzido, o que pode ser encarado como um aspecto positivo à prosperidade da sociedade, e em certa medida é, quando consideramos que o aperfeiçoamento de certas ferramentas pode trazer inúmeros benefícios, como é o caso da Revolução Verde que possibilitou uma produção alimentícia em massa, diminuindo a problemática da fome ao compararmos com a miséria que em a maioria das pessoas viviam em séculos passados. Evidente que alguns aspectos dessa mudança podem e devem ser problematizados, mas o ponto central em discussão aqui é a importância que o melhoramento tecnológico pode oferecer. O grande problema surge quando as expectativas de melhoramento e busca por um padrão são transferidas ao homem.

Através de uma citação do naturalista Charles Darwin, Küster já deixa claro o quanto os ideais eugenistas buscam o melhoramento genético com inspiração no darwinismo, que se configura como a teoria evolucionista mais aceita até hoje. Quando há a tentativa de implementar as ideias de Darwin no campo social, dando

¹ Licenciatura em Geografia – UFRN.

origem ao que Richard Hofstadter chamou de darwinismo social, abre-se um arcabouço de possibilidades nefastas, tais como a eugenia e o racismo. E diversos são os movimentos mundo afora que reivindicaram uma determinada raça como a melhor, a que ofereceria as melhores proles, a única que seria digna de direitos, a única intelectualmente capaz, a única possuidora de alma, e assim a lista continua. A Ku Klux Klan e o Nazismo, assim como qualquer movimento eugenista, tinham em comum uma busca incessante por um padrão inalcançável e sem muito sentido, pois como exposto por Küster “querer melhorar o homem a partir do próprio homem é como coagir um vampiro gordo a sobreviver única e exclusivamente sugando seu próprio sangue”.

Para Küster, a história da eugenia começa justamente a partir das viagens oceânicas de Darwin e “termina” nos acontecimentos do Holocausto. Por mais que a teoria evolucionista tivesse um apelo biológico para tentar entender como se deu o desenvolvimento das espécies, os próprios discursos de Darwin já evidenciavam que ele compactuava com o apagamento de pessoas consideradas “inaptas”. Além disso, é fundamental mencionar que Francis Galton, considerado o pai da eugenia, era primo de Darwin e baseou-se em suas ideias para criar o conceito de melhoramento das espécies através de uma seleção artificial. Galton pode ser considerado o “Lênin do evolucionismo”, na medida em que pegou uma teoria existente e a adaptou seguindo as suas crenças no melhoramento da raça, com leves pitadas de moralismo para evitar a “imoralidade sexual”. O livro “De Darwin a Hitler - Ética Evolucionária, Eugenia e Racismo na Alemanha”, escrito Richard Weikart, um importante historiador norte-americano, acaba corroborando com o que Küster expõe em seu breve prefácio, ao demonstrar como o darwinismo influenciou a ideologia do Partido Nacional-Socialista Alemão, considerando Hitler um dos primeiros darwinistas sociais.

A questão que envolve o melhoramento racial é observado com muita cautela por Küster, pois de acordo com ele temos que prestar atenção em qual referencial está sendo usado. O exemplo utilizado pelo autor, de que “definitivamente o homem de Neandertal [...] era mil vezes melhor do que um burocrata da ONU [...] em lidar com um javali raivoso”, nos faz ter a noção de que o melhoramento ou a evolução são relativos, e justamente por isso a teoria de Darwin deveria ser chamada de algo como “Teoria da Adaptação”.

O autor, com suas claras influências de Gilbert Keith Chesterton (1874-1936), comenta sobre o quanto este não pôde presenciar os acontecimentos recentes no

que diz respeito à liberalização do aborto, mas que em suas obras já evidenciava os perigos da eugenia que estamos passando, uma vez que o aborto sempre antecede políticas eugenistas, segundo Küster. Normalmente, esta pauta é encarada como um símbolo de liberdade sexual para as mulheres, mas pode esconder consequências que só são evidenciadas mais tarde. Temos a China como um dos principais exemplos de países que popularizaram o aborto eugênico, um aspecto praticamente cultural que é anterior inclusive à Revolução Maoísta, e que indica haver uma maior preferência pelo nascimento de meninos, resultando em números exorbitantes de abortos de fetos do sexo feminino e impedindo o nascimento de cerca de 11,9 milhões de mulheres entre os anos de 1970 e 2017, segundo estudo da Universidade Nacional de Singapura. Tal acontecimento gerou uma pirâmide etária desigual na China, com uma proporção de homens muito maior do que de mulheres.

Diversos intelectuais também participaram ativamente na promoção da eugenia, como é o caso de Karl Pearson, Walter Weldon, Herbert Spencer e William Graham Sumner. Mas um deles, Margaret Sanger, se destaca pelas atrocidades cometidas para com a população negra. Sanger foi figura central para a disseminação do aborto nas comunidades negras nos Estados Unidos, motivo pelo qual até os dias de hoje as mulheres negras são as que mais abortam no país. Ela acreditava que o aperfeiçoamento da raça humana poderia acontecer por meio do controle de natalidade, e foi a primeira norte-americana a fundar uma clínica desse tipo: é curioso que uma mulher eugênica deu origem à luta pela legalização de um procedimento hoje idolatrado pelos progressistas; a conta parece não fechar. O objetivo de Sanger pode não ter sido completamente cumprido no que se refere ao melhoramento racial que imaginava, mas o menor nascimento de crianças negras é uma grave consequência de sua militância abortista.

A eugenia também está presente na detecção de deficiências no feto no período pré-natal de modo a influenciar a mulher grávida a cometer o aborto. A Dinamarca quase zerou o número de nascimentos de bebês com síndrome de Down, justamente porque na maioria das vezes em que a condição é identificada, a gravidez é interrompida. Diversos são os exemplos, além dos apresentados no texto, como nos Estados Unidos, onde, segundo reportagem da rede CBS, estudos apontam que 67% das crianças com síndrome de Down são abortadas quando descobertas na gravidez. Segundo o *The Telegraph*, cerca de 90% das pessoas no Reino Unido são a favor de abortar um filho em caso de diagnóstico da síndrome de Down, fazendo

com que desde 2012, quando uma tecnologia de detecção de anomalias genéticas foi introduzida nos pré-natais das mulheres britânicas, o nascimento de pessoas com síndrome de Down diminuiu 54%. São dados alarmantes que mostram o quanto a eugenia está sendo banalizada atualmente: se antes repudiamos os intuítos nazistas de exterminar a população judia, negra, homossexual, cigana e com deficiências, por que hoje achamos normal o aborto de crianças por suas características genéticas?!

O texto de Küster se configura como uma boa escolha para abrir um leque de possibilidades de discussões na academia. Enquanto estudantes, estamos acostumados a fazer leituras confortáveis que vão nos dizer aquilo que queremos ouvir, o que gera uma verdadeira bolha acadêmica com pessoas que não sabem defender seus argumentos quando confrontadas com outras visões de mundo. Nesse sentido, o texto cumpre com o seu papel: incomodar. A maioria das discussões sobre aborto, tanto à direita quanto à esquerda do espectro político, costumam ser vazias, com um lado defendendo apenas que é um ato pecaminoso e o outro que o aborto promove a liberdade feminina.

Contudo, assim como seus pontos fortes, o texto também apresenta algumas limitações ainda que tenha caráter apenas introdutório. As implicações acerca da eutanásia, engenharia genética, clonagem humana e fertilização “*in vitro*”, assuntos que costumam ser abordados quando busca-se discutir possíveis facetas da eugenia, não são mencionadas. Seria interessante também se Küster fizesse um paralelo com os tipos de aborto, para que os leitores compreendessem que assim como uma arma de fogo pode ser utilizada tanto para a defesa pessoal quanto para cometer um crime, o aborto pode funcionar da mesma forma, podendo haver intuítos eugênicos ou não. É sempre importante interpretarmos os objetos não como objetos dados, mas como objetos em construção que podem ser utilizados para diferentes finalidades. Como por exemplo, abortos realizados em mulheres que possuem risco de vida ao parir ou em casos de estupro, não se configuram como abortos eugênicos, apesar de haver opiniões contrárias a qualquer tipo de aborto. Sobre o aborto eugênico Diniz (2002, p. 34) define:

“(...)interrupção criminosa da gestação quando: houver suspeita de que, provavelmente, o nascituro apresenta doenças congênitas, anomalias físico-mentais graves, como microcefalia, retinite pigmentosa, sífilis, mongolismo, epilepsia genuína, demência precoce, idiotia amaurotica etc.(...). E o praticado com escopo de aperfeiçoar a raça humana, logrando seres geneticamente superiores ou com caracteres genéticos predeterminados para alcançar uma forma depurada de eugenia, que substitui o direito de procriar pelo de nascer com maiores dotes físicos.”

Como afirma Küster, “poder fazer não é dever fazer”, pois “Ter o poder de fazer alguma coisa não é o mesmo que ter o dever de fazê-la”, e é assim que o aborto deveria ser encarado. Mas com o crescimento das biopolíticas, aquela política de Estado que Michel Foucault definia como voltada às grandes massas ou corpo social, o aborto é deliberadamente incentivado pelo Estado.

Talvez um dos pioneiros da biopolítica tenha sido Thomas Malthus, que acreditava que o controle de natalidade deveria ser realizado apenas entre a população pobre, de modo a reestabelecer o equilíbrio entre população e recursos. Desde então, uma série de políticas neomalthusianas foi implementada sobretudo nos países periféricos, disseminando em massa métodos contraceptivos que pudessem de fato diminuir a população, e invariavelmente considerando a pobreza como resultado de um grande número de nascimentos (DAMIANI, 1994). A China baseia-se nessa premissa, mas é interessante notar o quanto o país conseguiu inserir a interrupção da gravidez nas estratégias de controle de natalidade, um patamar até então não alcançado pelas políticas neomalthusianas na periferia.

De fato, o controle do governo por meio do corpo biológico, materializa-se inicialmente em políticas de promoção à vida e à saúde, mas também esconde um biopoder regulamentador que pode inserir o racismo e a eugenia nos aparelhos de Estado, na medida em que o controle reprodutivo chega a operar de maneira praticamente coercitiva para eliminar aqueles indesejáveis aos olhos do Estado. Por isso também, não é frequente pessoas com deficiência na China, pois, a qualquer sinal de anomalia no feto, o aborto é “recomendado” pela política do Partido Comunista Chinês.

A partir do momento que há uma banalização do aborto, tratando-o sem considerar os riscos à saúde física da mulher (mesmo nas ditas “clínicas seguras”) e as marcas psicológicas deixadas por esse procedimento, inevitavelmente os números de aborto vão aumentar como já é observado em países que possuem uma legislação sobre aborto bastante permissiva.

De modo geral, a leitura do texto possibilita uma visão ampla acerca de uma temática tão delicada e que exige um debate produtivo e civilizado. Apesar de breve e opinativo, o texto de Küster consegue transmitir um panorama mais realista das problemáticas que envolvem o aborto eugênico e despertar no leitor importantes reflexões.

Referências

CRESCER ONLINE. **Nascimento de crianças com Síndrome de Down cai pela metade no Reino Unido, pois pais estão decidindo pelo aborto.** 28 dez. 2018. Disponível em <https://revistacrescer.globo.com/Gravidez/noticia/2020/12/nascimento-de-criancas-com-sindrome-de-down-cai-pela-metade-no-reino-unido-fois-pais-estao-decidindo-pelo-aborto.html>. Acesso em: 26 ago. 2021.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia.** São Paulo: Contexto, 1991.

DINIZ, Maria Helena. **O Estado Atual do Biodireito.** 2.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FORTE, David. **Da interrupção da gravidez ao extermínio: o genocídio internacional da Síndrome de Down.** 2 de ago. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/justica/da-interrupcao-da-gravidez-ao-extermínio-o-genocídio-internacional-da-síndrome-de-down-1qx5by8nzx4ioav9mrpxtvorq/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

KÜSTER, Bernardo. Prefácio. In: CHESTERTON, Gilbert. **Eugenia e outras desgraças.** Rio de Janeiro: Sociedade Chesterton Brasil; Porto Alegre: Edições Hugo de São Vitor, 2019.

QUINONES, Julian. **"What kind of society do you want to live in?": Inside the country where Down syndrome is disappearing.** [S. l.], 14 ago. 2017. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/down-syndrome-iceland/>. Acesso em: 13 set. 2021.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais.** São Carlos. Claraluz, 2005.

RFI (RÁDIO FRANÇA INTERNACIONAL). **Abortos seletivos impediram o nascimento de 23,1 milhões de mulheres desde os anos 70.** 25 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/04/25/abortos-seletivos-impediram-o-nascimento-de-231-milhoes-de-mulheres-desde-os-anos-70.ghtml>. Acesso em: 26 ago. 2021.

Recebido em Setembro de 2021.

Publicado em Dezembro de 2021.